



GUIA RÁPIDO PARA O ATENDIMENTO DE PESSOAS COM BAIXO PESO

Material de apoio para o cuidado de pessoas vivendo com HIV

Autor: Natalia Teixeira Honorato Soares
Orientador: Prof. Dr. Luiz Eugênio Nigro Mazzili
Programa de Mestrado Profissional Interunidades -
Formação Interdisciplinar em Saúde (FO/FSP/EE/IP-USP)



APRESENTAÇÃO

O Guia foi elaborado com a intenção de possibilitar que a equipe de saúde, responsável pelo cuidado de pessoas vivendo com HIV, possa ter subsídios no manejo de indivíduos que estejam com baixo peso ou que apresentem uma perda de peso não intencional.

Com o auxílio desse material, será possível planejar intervenções interdisciplinares que levem em consideração a integralidade do cuidado e a singularidade de cada indivíduo. Ele poderá nortear as ações da equipe a partir das sugestões de condutas apresentadas.

A perda de peso não intencional tende a ter um caráter multifatorial. Em pessoas vivendo com HIV, ela pode ocorrer por conta de infecções oportunistas, questões socioeconômicas, transtornos de saúde mental, insegurança alimentar, entre outros (ABERMAN et al., 2014; ANEMA et al., 2014, PEDROSA et al. 2016; SILVEIRA e FALCO, 2020).

Dessa maneira, para uma intervenção eficaz, é preciso pensar além do encaminhamento para o profissional nutricionista. Todos os profissionais que compõem a equipe de saúde devem interagir no encaminhamento destes casos. As ações podem ocorrer desde a observação do emagrecimento de um paciente até a articulação de estratégias de apoio a esse indivíduo.

Esse material pode ser utilizado por qualquer membro da equipe que esteja envolvido no cuidado de pessoas vivendo com HIV e que queira planejar uma intervenção voltada à recuperação do estado nutricional do paciente.

O QUE FAZER QUANDO PERCEBER A PERDA DE PESO EM ALGUM PACIENTE?

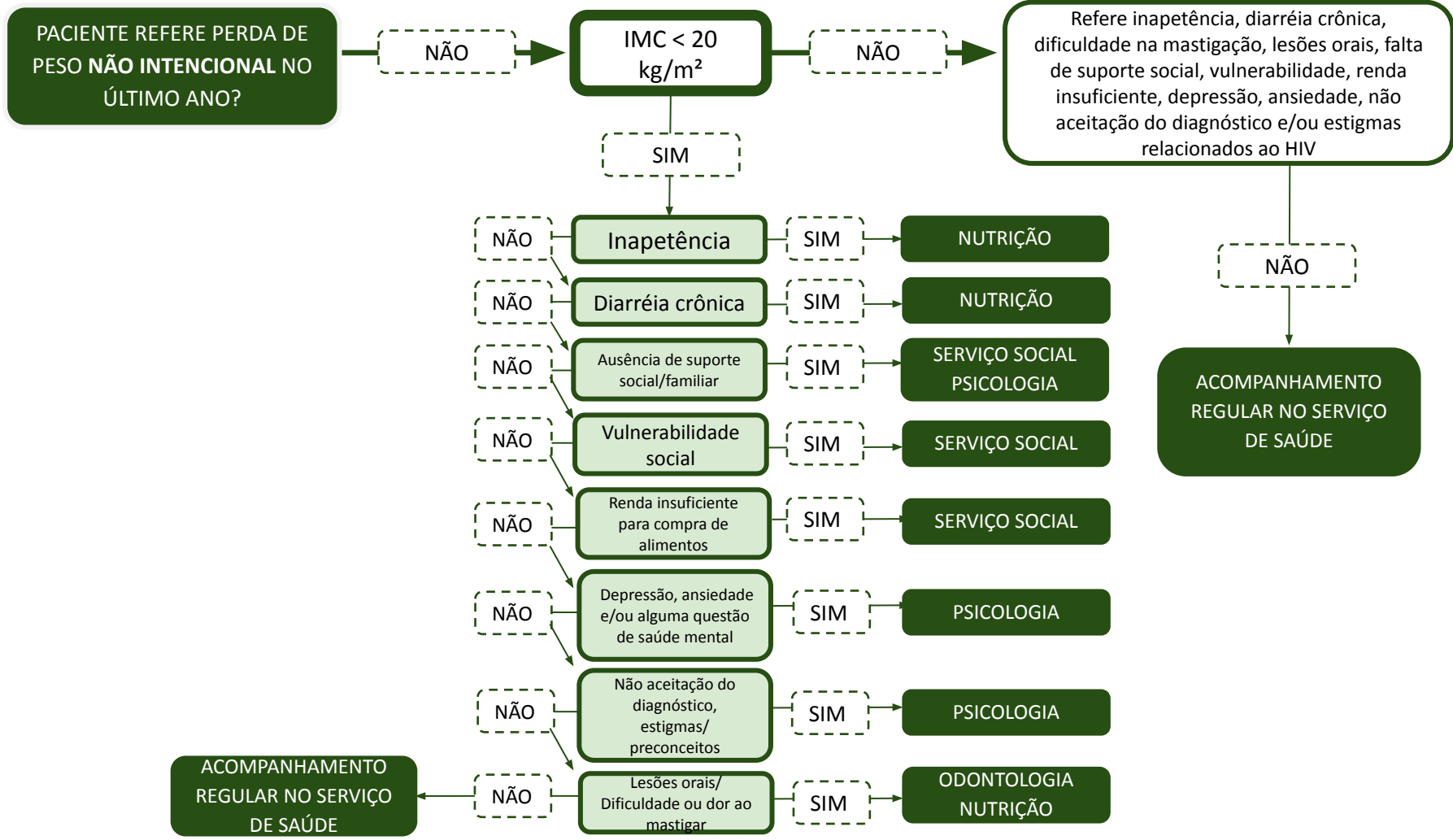
O primeiro passo na intervenção com pessoas que estejam com perda de peso não intencional, é a suspeita dessa condição. Nesse sentido todos os trabalhadores do serviço de saúde são fundamentais, desde que devidamente sensibilizados para isso.

Ao suspeitar da perda de peso de qualquer paciente, deve-se encaminhá-lo para atendimento de algum profissional da equipe de saúde.

Que situações devem chamar a minha atenção?

- **Perceber um paciente emagrecido**
- **Ver que um determinado paciente reduziu de peso desde a última vez que o vi no serviço de saúde**
- **O paciente me contar que está com dificuldades para se alimentar, que o apetite está ruim ou que ele não consegue mastigar/engolir alimentos.**
- **O paciente disser que está com dificuldades financeiras para comprar alimentos**
- **Alguma criança, que vive no mesmo domicílio, estar com déficit de peso e/ou estatura**
- **Ser realizado o diagnóstico de tuberculose**

Após o encaminhamento do paciente, em decorrência da suspeita de perda ponderal, ou no caso de algum profissional da equipe perceber essa condição, deverá ser traçado um plano de cuidados com o paciente que poderá ser orientado pelo fluxograma abaixo. Esse instrumento é norteador, dessa maneira, o planejamento de intervenções não precisa ser limitado somente ao que ele sugere.



PACIENTE REFERE PERDA DE PESO NÃO INTENCIONAL NO ÚLTIMO ANO?

NÃO

IMC < 20 kg/m²

NÃO

SIM

Refere inapetência, diarréia crônica, dificuldade na mastigação, lesões orais, falta de suporte social, vulnerabilidade, renda insuficiente, depressão, ansiedade, não aceitação do diagnóstico e/ou estigmas relacionados ao HIV

NÃO

ACOMPANHAMENTO REGULAR NO SERVIÇO DE SAÚDE

NÃO

Inapetência

SIM

NUTRIÇÃO

NÃO

Diarréia crônica

SIM

NUTRIÇÃO

NÃO

Ausência de suporte social/familiar

SIM

SERVIÇO SOCIAL
PSICOLOGIA

NÃO

Vulnerabilidade social

SIM

SERVIÇO SOCIAL

NÃO

Renda insuficiente para compra de alimentos

SIM

SERVIÇO SOCIAL

NÃO

Depressão, ansiedade e/ou alguma questão de saúde mental

SIM

PSICOLOGIA

NÃO

Não aceitação do diagnóstico, estigmas/preconceitos

SIM

PSICOLOGIA

NÃO

Lesões orais/ Dificuldade ou dor ao mastigar

SIM

ODONTOLOGIA
NUTRIÇÃO

ACOMPANHAMENTO REGULAR NO SERVIÇO DE SAÚDE

E NA PRÁTICA, QUAIS RECURSOS TENHO DISPONÍVEL NO SERVIÇO DE SAÚDE?

Na Rede Municipal Especializada em IST/Aids é possível dispor de algumas ferramentas para auxiliar na intervenção com esse paciente:

Suplemento alimentar

Os suplementos estão disponíveis em todos os SAEs e podem ser prescritos para os pacientes que estejam com baixo peso, de acordo com avaliação nutricional ou médica. Esse é um recurso importante para auxiliar na recuperação do estado nutricional dessa população e seu uso deve ser associado a orientações alimentares e outras intervenções que se mostrarem necessárias.

Gratuidade no transporte público

Toda pessoa vivendo com HIV tem direito à gratuidade no transporte público (ônibus). É importante que os profissionais do serviço de saúde orientem os pacientes em relação a esse benefício, que garante meios para o indivíduo acessar a unidade de saúde. Esse recurso é fundamental para os pacientes com baixo peso, que estão em insegurança alimentar e/ou vulnerabilidade social, que precisam comparecer ao serviço com uma frequência maior para o tratamento adequado (SÃO PAULO, 2020).

Cesta básica (pacientes em tratamento para tuberculose)

As pessoas que vivem com HIV, que também forem diagnosticadas com tuberculose, têm direito a receber cesta básica caso optem por realizar o tratamento diretamente observado (TDO) na UBS. Além de melhorar o vínculo entre o paciente e o serviço de saúde, a realização do TDO permite a identificação de eventos adversos precocemente e de possíveis dificuldades na adesão ao tratamento. O fornecimento da cesta básica, garante que o paciente tenha acesso a uma alimentação adequada, pelo menos, no período em que estiver em tratamento para a tuberculose (SÃO PAULO, 2021).

E NA PRÁTICA, QUAIS RECURSOS TENHO DISPONÍVEL NO SERVIÇO DE SAÚDE?

Na Rede Municipal Especializada em IST/Aids é possível dispor de algumas ferramentas para auxiliar na intervenção com esse paciente:

Encaminhamento para equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional

Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional

São equipamentos públicos, de caráter comunitário, que favorecem a articulação de políticas públicas vinculadas à segurança alimentar e nutricional. Os pacientes podem ser direcionados para esses serviços com o objetivo de serem beneficiados com ações que favoreçam o acesso à uma alimentação adequada.

Restaurantes Populares

São locais que servem refeições nutricionalmente adequadas e a preços acessíveis à população em vulnerabilidade social (BRASIL, 2022). É importante que os serviços de saúde tenham mapeados esses locais no território para direcionar os pacientes que necessitem do fornecimento dessas refeições.

Hortas Comunitárias

Uma horta comunitária é um espaço compartilhado em que os indivíduos de um determinado território compartilham o trabalho, a colheita e a manutenção de um espaço para o cultivo de alimentos. Entre as suas principais contribuições estão o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, a melhoria da nutrição e da saúde nas comunidades, além de promover a geração de emprego e um ambiente mais saudável para populações vulneráveis (MACHADO e MACHADO, 2002). A partir do momento em que os serviços de saúde têm o conhecimento da localização desses espaços, no território, é possível realizar o direcionamento dos pacientes que se beneficiaram dessas iniciativas.

Encaminhamento para Organizações Não Governamentais (ONGs)

O direcionamento para ONGs pode ser uma estratégia de intervenção fundamental para promover o acesso a recursos que vão desde a alimentação até a capacitação profissional. Em relação às pessoas vivendo com HIV, esse encaminhamento pode ser realizado para instituições voltadas à essa população ou para locais que sejam beneficiados pelos bancos de alimentos do município.

Encaminhamento para Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

O principal serviço do CRAS é o trabalho social com as famílias para fortalecer os seus vínculos, promover o acesso a direitos e a melhoria de sua qualidade de vida. Famílias em situação de pobreza, ausência de renda, falta de acesso aos serviços públicos e com fragilização dos vínculos familiares e comunitários podem ser encaminhadas para acolhimento nesse serviço (SÃO PAULO, 2022).

REFERÊNCIAS

- Aberman NL, Rawat R, Drimie S, et al. Food Security and Nutrition Interventions in Response to the Aids Epidemic: Assessing Global Action and Evidence. *AIDS and Behavior*. 2014; 18(5): 554-565.
- Anema A, Fielden SJ, Castleman T, et al. Food Security in the Context of HIV: Towards Harmonized Definitions and Indicators. *AIDS and Behavior*. 2014; 18: 476-489.
- Brasil. Ministério da Cidadania. Programa Restaurante Popular. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/carta-deservicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-restaurante-popular>> Acesso em: 24 jul. 2022
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde. Brasília, 2008.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2018.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. Brasília: Ipea, 2015.
- Machado AT, Machado CTT. Agricultura Urbana: Embrapa Cerrados. Planaltina: Embrapa, 2002
- Pedrosa SC, Fiuza MLT, Cunha GH, et al. Suporte social de pessoas que vivem com a síndrome da imunodeficiência adquirida. *Texto Contexto Enferm*. 2016; 25(4):e2030015.
- SÃO PAULO. Centro de Referência de Assistência Social. 2022. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protECAO_social_basica/index.php?p=1906> Acesso em 31 jul. 2022
- SÃO PAULO. PORTARIA CONJUNTA SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES - SMT; SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS Nº 7 DE 26 DE AGOSTO DE 2020. Atualiza, na forma do Anexo Único à presente Portaria, a relação das patologias e diagnósticos que autorizam a isenção de pagamento de tarifa nos veículos integrantes do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo às pessoas com deficiência e, conforme o caso, aos seus acompanhantes, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 14.988, de 29 de setembro de 2009.
- SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Saúde. Coordenadoria de Vigilância em Saúde. Divisão de Vigilância Epidemiológica. Nota Informativa DVE/PMCT: 08/2021 - Retorno do Tratamento Diretamente Observado Diário na Tuberculose no Município de São Paulo. São Paulo, 2021.
- Silveira EA, Falco MO. Diagnóstico nutricional de pessoas que vivem com HIV/AIDS: revisão de protocolos nacionais e internacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2020; 25(12):5003-5016.
- WHO. Multicentre Growth Reference Study Group. WHO Child Growth Standards: Length/Height-for-Age, Weight-for-Age, Weight-for-Length, Weight-for-Height and Body Mass Index-for-Age: Methods and Development. Geneva, WHO, 2006.